

Ofício Sindsep-DF nº /2015

Brasília-DF, 25 de fevereiro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Cid Gomes
Ministro de Estado da Educação

Assunto: Campanha Salarial 2015

Tendo em vista que hoje o funcionalismo federal lança oficialmente a Campanha Salarial 2015, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (Sindsep-DF) vem a Vossa Excelência apresentar a Pauta de Reivindicações Gerais (Anexos 1 e 2) e a Pauta Específica (Anexo 3) do conjunto dos servidores desse ministério, com o objetivo de solicitar o seu empenho e devido encaminhamento das pautas junto ao Governo para o pronto atendimento das demandas elencadas nos referidos documentos.

Ressaltamos que essa entrega acontece simultaneamente em todos os demais órgãos da Administração Pública Federal, pois o Sindsep-DF e os servidores públicos que representa acreditam que a política de Recursos Humanos e a política salarial de uma pasta não podem ter a responsabilidade delegada exclusivamente à Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), visto que ambas repercutirão de maneira direta nas atividades realizadas por esse ministério.

Além disso, dada a quantidade de órgãos que compõem o Executivo Federal e as especificidades de cada um deles no que se refere às demandas setoriais dos servidores, é impossível a SRT/MPOG identificar todas elas. Mas, se forem apresentadas pelos próprios dirigentes dos órgãos, facilita o seu reconhecimento e atendimento. Sendo assim, os servidores desse ministério contam com o imprescindível envolvimento e empenho de Vossa Excelência na condução das pautas junto ao Governo, bem como no convencimento da necessidade de atendimento das demandas que integram a Campanha Salarial 2015.

Ressaltamos que essa intermediação se faz necessária porque os servidores públicos federais são uma das poucas categorias profissionais que não possuem data-base para a discussão de seus pleitos, o que será resolvido com a regulamentação da Convenção 151 da OIT – Organização Internacional do Trabalho

(Projeto de Lei 5261/13). Lembramos ainda que para os servidores conquistarem reajuste salarial e dos benefícios em 2016, há a necessidade de previsão dos recursos financeiros na Lei Orçamentária Anual (LOA), que está em fase de elaboração pelo Executivo e será encaminhada ao Legislativo até 31 de agosto deste ano.

Atenciosamente,